

PARECER TÉCNICO

ENTIDADE SOLICITANTE: Comissão Permanente de Licitação

FINALIDADE: Análise de Procedimento Licitatório

ORIGEM: Processo de Licitação nº 008/2019 - TP

RELATÓRIO:

Foi encaminhado a esta Coordenação de Controle Interno, para apreciação, manifestação quanto à legalidade e verificação das demais formalidades administrativas, e consequente elaboração de Parecer referente ao Procedimento Licitatório Tomada de Preço nº 008/2019, realizado para contratação de empresa de engenharia para prestar os serviços de construção, reforma e ampliação de pontes de madeira no Município de Viseu/PA.

DA LEGISLAÇÃO:

Cabe-nos, desde já, trazer a aplicação das regras constitucionais que disciplinam a matéria, invocando-se, assim, dentre outros a Constituição Federal de 1988, que em seu art. 74, estabelece as finalidades do Controle Interno, as quais estão, dentre outras competências, a de realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativo às atividades administrativas, com vistas a verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão pela execução orçamentária, financeira e patrimonial e avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia. Nos termos da Resolução nº 11.410 – TCM/PA, de 25/02/2014.

Tendo em vista o processo de contratação em exame, implica em realização de despesa, demonstra-se a competência do Controle Interno para análise e manifestação.

OBJETO:

Processo Licitatório para a contratação de empresa de engenharia para prestar os serviços de construção, reforma e ampliação de pontes de madeira no Município de Viseu/PA, realizado na modalidade Tomada de Preços, com base na Lei geral de licitações 8.666/93.

Imperioso ressaltar, que as despesas geradas pela contratação licitada estão prevista na Lei Municipal nº 510/2018 – Lei Orçamentária Anual para 2019, e têm sua importância na expansão dos serviços essenciais para o atendimento à população. Destarte, a realização do procedimento licitatório com a consequente contratação cumpre os requisitos de previsibilidade legal e prioridade no atendimento do Interesse Público.

DA ANÁLISE:

A análise dos fatos se deu com base em documentação, acostada aos autos do Processo Licitatório encaminhados pela Comissão de Licitação, que contém, na sua Fase Interna:

- *Solicitação da Secretaria Municipal de Obras para a contratação do objeto da licitação, com memorial descritivo, fl. 1/14;*
- *Despacho da SEFIN à contabilidade solicitando manifestação sobre dotação orçamentária - fls. 15;*
- *Despacho da Contabilidade informando a existência de Dotação Orçamentária - fls. 16;*
- *Despacho da SEFIN ao Gabinete do Prefeito para análise e autorização - fl. 17;*
- *Declaração de Adequação Orçamentária - fl. 18;*
- *Autorização de abertura do processo licitatório - fl. 19;*
- *Despacho da SEFIN para a Comissão de Licitação solicitando providências cabíveis - fls. 20;*
- *Declaração do Departamento de Licitação sobre a modalidade da licitação, com seus anexos - fl.23;*
- *Despacho do Departamento de Licitação à assessoria jurídica para análise da minuta do instrumento convocatório e anexos - fls. 24;*
- *Minuta do Edital e Anexos - fls.25/74;*
- *Parecer Jurídico - fls. 75/76.*

Cumprida a fase interna, iniciou-se a fase Externa uma vez que o Edital foi devidamente analisado com parecer Jurídico favorável ao que fora produzido, e à continuidade do processo licitatório.

Superada a fase inicial, iniciando-se a fase externa e sem recursos apresentados, o processo teve sua abertura no dia 11/10/2019, em sessão cujo procedimento foi revestido de todas as formalidades legais em todas as suas fases, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, tendo-se constatado que a empresa G.C.N. CONSTRUÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 06.789.584/0001-02, compareceu, obedecendo à publicação do aviso de licitação, publicado no dia 26 de setembro de 2019, tendo a sua proposta julgada vencedora.

O processo foi encaminhado à Assessoria Jurídica, remetido por despacho de fl. 198, que proferiu Parecer onde registrou que “considerando a presente regularidade do certame, que foi realizado na modalidade Tomada de Preço, dando transparência, lisura, legalidade, modalidade e probidade ao processo, e considerando que o preço apresentado na proposta vencedora está dentro do praticado no mercado, resta, portanto, aconselhável a adjudicação e homologação do certame”.

A Empresa vencedora foi então convocada a celebrar seu contrato, com seus respectivos valores de acordo com a proposta vencedora, os quais conferem com o Memorial Descritivo que discriminou o Objeto da Licitação na forma da Lei, e cujos extratos foram devidamente publicados, conforme se constata no registro de publicação de fls. 219.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
CONTROLADORIA MUNICIPAL



Destarte, não vislumbramos, pela análise dos autos do referido processo licitatório, irregularidades ou vícios formais, legais ou administrativos, pelo que ressaltamos serem os julgamentos e atos produzidos e juntados aos autos deste processo, de inteira responsabilidade de quem, investido de competência legal, os tenham produzidos.

Não é papel desta Controladoria interferir em qualquer ato ou julgamento, estando o referido ato revestido de concretude administrativa, que busque atender ao Interesse Público e que tenha obedecido às formalidades legais.

Esta Controladoria não elide ou respalda irregularidades que porventura não sejam detectadas no âmbito do trabalho de análise deste processo, estando ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas a comprovação por todos os meios legais admitidos.

Este é o Parecer.

Viseu, 25 de Outubro de 2019.


JUDSON SANTOS DE SOUZA
Controlador Municipal
Decreto nº 029/2019